

A.1.4

PARLAMENTARES EUROPEUS CONFERENCIAM COM DHLAKAMA

6.4.93

A delegação dos deputados do Parlamento Europeu, a efectuar uma visita de trabalho ao nosso país, conferenciou domingo em Maríngué com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

A delegação foi chefiada pelo Presidente da Assembleia Paritária ACP/CEE, Henry Saby, devendo, durante a sua estada em Moçambique, se inteirar da forma como os fundos atribuídos ao país no quadro da Convenção de Lomé IV estão sendo aplicados e no concernente à implementação do Acordo Geral de Paz, assinado em Outubro entre o Governo moçambicano e a Renamo, na capital italiana.

Moçambique é um dos países signatários da Convenção de Lomé e que tem beneficiado da assistência económica da CEE.

Além de Saby, a delegação integra ainda os eurodeputados Mendes Bota, um dos Vice-Presidentes da Assembleia Paritária, bem como a sua colega neste organismo, a deputada Margareth Daly, que é igualmente Vice-Presidente da Assembleia Paritária. Os outros componentes da delegação são o eurodeputado Nereo Laruni e Brown Mosa.

O eurodeputado Mendes Bota disse a jornalistas, pouco depois de desembarcar no aeroporto, que a CEE, como maior doador das ajudas internacionais recebidas por Moçambique, está preocupada com os atrasos na implementação do processo de paz no país, e com a ineficácia do programa de ajuda alimentar às populações do interior.

"A nossa obrigação aqui é de fiscalizar como está a ser aplicada essa ajuda e fazer uma avaliação no terreno, sobre as condições em que se está a desenrolar a aplicação do Acordo Geral de Paz", afirmou Bota.

Segundo o eurodeputado português, a Comunidade Europeia tem informações de que há pontos-chave do acordo de Roma "que não estão a ser cumpridos" e por isso decidiu enviar esta missão para ouvir todas as partes envolvidas, ou seja o Governo moçambicano, a Renamo e as Nações Unidas.

"Moçambique beneficia actualmente do (mau) exemplo que se está a passar em Angola. Portanto, temos que fazer todos os possíveis para cumprir aquilo que está nos acordos de paz", justificou o eurodeputado português.

Segundo Mendes Bota, o processo de Angola prova a impossibilidade de eleições livres e democráticas em Moçambique como em qualquer outro país, enquanto houver forças partidárias com meios bélicos disponíveis para depois contestarem e não aceitarem os resultados eleitorais.

Nos dias seguintes, após regresso à capital, a delegação da Comissão para o Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu manterá entrevistas e reuniões de trabalho em Maputo com diversos ministros e instituições governamentais.

Na quinta-feira, penúltimo dia da visita, os eurodeputados serão recebidos em audiência pelo Presidente Joaquim Chissano.

A Comissão Europeia prevê disponibilizar 77 milhões de ECUS (um ECU corresponde a cerca de 1,2 dólar americano), para financiar alguns projectos destinados à reconstrução de Moçambique, depois de cumpridas as disposições do Acordo Geral de Paz.

que, segundo ele, dificulta sobremaneira a implementação do Acordo Geral de Paz para Moçambique.

Depois de informar que a vinda daquela delegação a Moçambique não se destinava a resolver, de imediato, os problemas vigentes, Henry Saby disse que a missão dos parlamentares europeus tinha como objectivo principal auscultar as duas partes sobre a forma como está a ser implementado o acordo de Roma, para posterior ajuda.

Na óptica dos parlamentares

NOTÍCIAS - 6.4.93